

LARA MÁXIMO DE OLIVEIRA

MATRÍCULA 11511ECO058

PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL NO
BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2020

LARA MÁXIMO DE OLIVEIRA

MATRÍCULA 11511ECO058

PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL NO BRASIL NO
INÍCIO DO SÉCULO XXI

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Carlos Alves do Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA

LARA MÁXIMO DE OLIVEIRA

MATRÍCULA 11511ECO058

PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL NO BRASIL NO
INÍCIO DO SÉCULO XXI

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da
Universidade Federal de Uberlândia, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 7 de dezembro de 2020

Prof. Dr. Carlos Alves Nascimento (Orientador)

Prof. Dr. Clésio Marcelino de Jesus

Prof. Dr. Filipe Prado Macedo da Silva

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal versar sobre os desafios e perspectivas da agricultura familiar no Brasil, a agricultura brasileira destaca-se no cenário mundial, sendo fonte de alimentos e matérias primas para diversos países. Dentro do cenário acadêmico o debate gira em torno da questão agrária, e dos impactos da agricultura no meio ambiente. A agricultura familiar se distingue dos demais tipos de agricultura, pois nela a gestão da propriedade é compartilhada entre os membros da entidade familiar além de ser fonte de renda para milhares de famílias brasileiras, essa modalidade tem importância fundamental para o desenvolvimento do meio rural e deve ser valorizada e preservada. Algumas transformações no meio social e econômico fizeram com que, ao longo dos anos a agricultura familiar perdesse sua participação na formação da renda familiar, este trabalho pretendeu analisar essas transformações para verificar quais são as tendências da agricultura familiar no Brasil. Para a confecção deste trabalho foram analisados dados do Projeto Urbano de 2002 a 2015 para verificar informações acerca da evolução, distribuição e participação da agricultura familiar nos meios rurais e urbanos. O método de estudo para a confecção deste trabalho foram o estatístico e a técnica, bibliográfica.

Palavras-chave: Agricultura. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The main objective in this work was to write about the challenges and perspectives in family farming in Brazil, the Brazilian agriculture stands out worldwide, being the source of food and feedstock to many countries. Inside the academic scene the debate revolves around the agrarian matter, and the impacts on agriculture in environment. The family farming distinguishes itself from the other types of agriculture, because the management is shared between the members of the family entity, besides being the source of income to thousands of Brazilian families, this modality has a fundamental importance to the development of the countryside and must be valued and preserved. Over the years, some social and economic transformations caused family farming to lose its share in the formation of the family income, this work aims to analyse these transformations to verify which are the tendencies of family farming in Brazil. To the production of this work, data from the Urban Project from 2002 and 2015 were analyzed to verify information about the evolution, distribution and participation of family farming in the rural and urban area. The method of study to the production of this work was the statistical and the technique the bibliographic.

Keywords: Agriculture. Family farming.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONCEITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	9
3 METODOLOGIA	11
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute, na literatura acadêmica, o desenvolvimento da questão agrária – quando refere-se à organização e utilização do meio rural e suas consequências, como o impacto no meio ambiente e a dinâmica populacional entre os meios rural e urbano (NETTO; MELO; MAIA, 2010) – frente à dinâmica de políticas públicas agropecuárias no Brasil e seus reflexos no processo de mudança do comportamento da agricultura familiar.

Esta discussão encontra importância ao analisar-se a participação no Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária familiar, a sua representatividade territorial no País e outros fatores que determinam a relevância deste tema. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar correspondia a 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, sendo fonte de renda para milhões de famílias.

No entanto, apesar da importância da preservação e valorização da agricultura familiar brasileira, as atividades agropecuárias vêm perdendo participação na renda dessas famílias, e esta modalidade de agricultura está se reduzindo. Alguns fatores explicam esses resultados, como o êxodo rural, promovido pela industrialização, sobretudo desde a década de 1960, que ofertou postos de trabalho no meio urbano; pela modernização da agricultura, a qual permitiu a elevação da produtividade no campo, reduzindo-se a necessidade de mão de obra em tempo integral nas atividades agropecuárias; pelo surgimento de novas oportunidades de obter renda no meio rural fora de atividades ligadas à agropecuária e, também, pela ausência de políticas públicas específicas para incentivar a obtenção de renda através de atividades agropecuárias para essa população.

Essas transformações no campo permitiram o surgimento de famílias pluriativas no meio rural: alguns membros exercem atividades que não são ligadas à produção na agropecuária. Este fenômeno intensificou-se ainda mais no Brasil a partir da década de 1980, com um modelo de trabalho em tempo parcial dentro do meio rural, conforme disserta Del Grossi (2018).

Esta modalidade de ocupação do trabalhador no campo permite que a renda da família seja advinda de outras atividades que não sejam necessariamente ligadas à agropecuária. Apesar de ser benéfico, para essa população, que haja outras

formas de renda fora das atividades vinculadas ao campo, é necessário entender e discutir os fatores que levam essas famílias a adotarem outras atividades para a renda, as tendências no meio rural e suas consequências.

É importante o entendimento das mudanças de trabalho dentro do campo. Conforme explicam Del Grossi e Graziano da Silva (2002), o meio rural tornou-se um atrativo lazer para os habitantes das zonas urbanas. Um exemplo está nas festas de peão, que fazem parte da cultura rural para muitos habitantes deste meio, e começaram a atrair pessoas de outras áreas. Essa valorização da cultura rural permite que os habitantes rurais possam obter renda de, entre outras, atividades provenientes do turismo.

Serão analisadas a dinâmica e a distribuição do número de famílias da agricultura familiar residentes do meio rural, a fim de entender o fluxo dessa população entre as atividades produtivas tanto do campo (atividades agrícolas) quanto fora dele (atividades não agrícolas). Esta análise faz-se importante para a compreensão dos desafios e oportunidades que a agricultura familiar enfrenta no Brasil.

Ainda que essa população esteja encontrando novas oportunidades de obter renda no campo que não seja de atividades agropecuárias – ou seja, está se tornando cada vez mais pluriativa – observa-se a redução da agricultura familiar rural no Brasil, sobretudo das famílias cuja maior parte da renda é proveniente das atividades agropecuárias.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é entender, sobretudo, as tendências da agricultura familiar rural no Brasil, sob a perspectiva da expansão da pluriatividade neste meio. Para isso, serão usadas informações a partir dos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2002 a 2015, onde serão analisadas as informações acerca da distribuição, evolução e participação da agricultura familiar nos meios rural e urbano.

Para cumprir esse objetivo, este artigo está estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. A primeira seção aborda a definição de agricultura familiar, a segunda seção aborda a metodologia utilizada para a definição dos dados. Em relação a terceira seção, esta aborda os resultados da análise da empírica. Por último a quarta seção apresentará as considerações finais.

2 CONCEITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Antes de apresentarmos a definição de agricultura familiar, é importante sabermos que, além de ser recente, esta passou a ser incorporada nas discussões sobre agricultura no Brasil no início da década de 1990 (Graziano da Silva, 1996), através de debates sobre reforma agrária e direito das populações trabalhadoras do campo, dado que o acesso à terra é, muitas vezes, o único meio de sobrevivência para famílias que não encontrariam uma inserção no meio urbano de maneira produtiva. (Graziano da Silva, 1998).

Apesar de ser um termo recente na literatura, a agricultura familiar apresenta-se no País há muitas décadas, e representava, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. No entanto, este modelo de agricultura enfrenta fortes modificações desde a década de 1960. A partir da Revolução Verde, o Brasil observou relevantes mudanças sociais, como o fortalecimento do êxodo rural – isto é, a saída de pessoas do campo para a cidade –, e a entrada da mulher no mercado de trabalho, fazendo com que a renda da família também dependa da participação feminina. (NADER, 2003).

Essas mudanças foram impulsionadas por diversos fatores. A partir do final da década de 1960 até o início da década de 1970, o Brasil assistia ao “Milagre” Econômico: durante 6 anos (1968-1973), o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa média anual de 11,1%. (VELOSO; VILELA; GIAMBIAGI, 2008).

A partir de um maior acesso ao crédito às empresas, incentivo às exportações e um momento internacional favorável, a indústria pôde crescer e demandar mão de obra, atraindo trabalhadores rurais para as áreas urbanas. Somado a isso, tem-se o aumento da demanda urbana e internacional por bens agrícolas, visando o aumento da produção de *commodities* no Brasil.

Esses acontecimentos implementaram uma modernização agrícola no País, junto a um sistema produtivo agropecuário voltado tanto à exportação quanto a uma produção expansiva para consumo interno. Assim, originam-se os CAIS (Complexos Agroindustriais). Para Graziano da Silva (1996), a modernização da agricultura trouxe aspectos positivos, como a substituição de mão de obra humana e animal por

máquinas, trazendo mais produtividade para o campo. No entanto, esse processo não foi igualitário, pois privilegiou alguns agricultores somente, fomentando a concentração de riquezas através da má distribuição de acesso ao crédito através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e implementação de novas tecnologias. Assim, esse desenvolvimento desigual contribuiu para o cenário agrário e agrícola que o Brasil vivencia hoje.

De acordo com Marafon (1998, página 1) “Estas transformações, sobretudo as ligadas à tecnificação, estão inseridas em um movimento de mudanças significativas em nível econômico, social e territorial”.

Dentro destas mudanças significativas, a agricultura familiar fora marginalizada, conforme mencionam Aquino, Teixeira e Tonneau (2004), em sua tese sobre a implementação, o objetivo e resultados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os autores exemplificam o acesso ao crédito bancário, o qual, antes do programa, fazia com que estes pequenos produtores tivessem de disputar por empréstimos rurais no mesmo patamar de grandes produtores. Com a chegada do programa, que inicialmente permitiu uma linha de crédito mais acessível a esta população, esta situação se amenizou. Destaca-se a preocupação do programa em atender, sobretudo, os agricultores que estavam “em transição” de modelo de renda e produção.

Além disso, o autor demonstra que este conceito de agricultura familiar é recente, surgindo no Brasil no início da década de 1990. Até então, conforme os autores mencionam (2004, p. 11)

o agricultor familiar era considerado mini-produtor para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural. Com isto, além do produtor familiar disputar o crédito com os demais produtores, era obrigado a seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor.

Desta forma, esta conceituação nasce junto ao programa de crédito agrícola para as famílias do meio rural, o Pronaf, cujo objetivo visa reduzir as desigualdades de acesso ao crédito no campo, através de subsídios nos juros custeados pelo Tesouro Nacional (AQUINO; TEIXEIRA; TONNEAU, 2004) procurando auxiliar os produtores da agricultura familiar.

Por fim, com base nos microdados da PNAD do IBGE, podemos classificar a agricultura familiar a partir dos seguintes critérios: a propriedade rural com área que tenha a extensão de até quatro módulos fiscais, cuja força de trabalho seja

predominantemente da família e que a renda desta seja, em maior parte, advinda das atividades ligadas ao estabelecimento, de acordo com a Lei nº 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar). Dentro desta definição, inserem-se os agricultores cujas atividades produtivas estejam vinculadas à silvicultura, aquicultura, extrativismo, pesca, comunidades de indígenas e quilombolas e assentados da reforma agrária.

3 METODOLOGIA

As informações que iremos analisar foram organizadas objetivando identificar tipos e subtipos de famílias da Agricultura Familiar, a partir do processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE.

A construção dos tipos de famílias da Agricultura Familiar deixa de fora da contagem os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos. Com isso, nossa unidade de análise constitui as famílias extensas, que compreendem, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal) e os agregados¹.

Como o presente estudo se orienta pelos critérios da Lei da Agricultura Familiar de 2006 e do Decreto de 2017² que a regulamenta, foram necessários dois cuidados essenciais, em relação às rendas obtidas por seus membros familiares, os quais são os seguintes:

1) As rendas de assalariamento na agropecuária, dos membros das famílias da Agricultura Familiar, foram consideradas como rendas obtidas *fora* do estabelecimento.

2) Observou-se que uma parcela significativa de unidades familiares de trabalhadores por conta-própria ocupa-se, além das atividades agropecuárias, também em atividades *não agropecuárias*. Porém, como a Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE) não permite saber onde essas atividades

¹ Segue-se neste artigo, de forma um pouco modificada (atendendo aos critérios da Lei da Agricultura Familiar e do Decreto de 2017 que regulamenta essa Lei, conforme utilizado no projeto de pesquisa coordenado pelo orientador desta monografia) a metodologia utilizada nos trabalhos do Projeto Rurbano (<http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEA/pesquisas/rurbano/>).

² Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.

(não agropecuárias) são exatamente exercidas – se no rural ou no urbano – tais rendas foram consideradas também como obtidas *fora* do estabelecimento.

Foram construídos tipos de famílias da Agricultura Familiar que atendem aos Critérios da Lei 2006 regulamentada pelo Decreto de 2017. Infelizmente a PNAD não tem a informação acerca de quem administra as atividades do estabelecimento rural, de modo que os tipos de famílias foram construídos com base apenas nos Critérios I, II e III (tamanho da propriedade, força de trabalho, renda).

Portanto, consideramos Agricultura Familiar somente as famílias extensas de empregadores com até 2 empregados e as de contas-próprias em que ambos os tipos familiares atendessem, simultaneamente, os três Critérios anteriormente mencionados (I, II e III). As famílias de contas-próprias compreendem mais de 98,0%.

Os tipos de famílias construídos foram os seguintes:

Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar corresponde à fração do grupo de famílias de contas-próprias (e de empregadores com até 2 empregados) que tem seu estabelecimento rural dentro do Critério I, de até 4 módulos fiscais, e, além dele, atende, simultaneamente, os outros dois Critérios (força de trabalho e renda, Critérios II e III). Portanto, pela Lei 2006 e o Decreto 2017, pode ser classificado como Agricultura Familiar.

A Agricultura Familiar foi subdividida em dois grupos/tipos familiares, assim denominados: i) Agricultura Familiar *com Produção Comercial*: parte da produção dessas famílias é destinada ao mercado; ii) Agricultura Familiar *com Produção exclusivamente para o Autoconsumo*: nesse grupo de famílias não há nenhuma pessoa ocupada como empregador ou conta-própria ou como empregado, porém, tem algum de seus membros ocupado na produção agropecuária destinada para o consumo próprio dos integrantes da família.

Para cada um dos grupos/tipos de famílias acima referidas, as famílias extensas foram subdivididas segundo o ramo de atividades em que seus membros estavam envolvidos (agropecuárias, pluriativas), da seguinte forma:

i) as *famílias agropecuárias* são aquelas em que pelo menos um de seus membros estava envolvido em atividades agropecuárias – e nenhum outro ocupado em atividades não agropecuárias – como sua ocupação principal na semana de referência da PNAD;

ii) as *famílias pluriativas tradicionais* são aquelas em que pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agropecuária como conta-própria ou empregador e pelo menos um outro ocupado como assalariado na agropecuária (em outro estabelecimento). Também foram classificadas as *famílias pluriativas intersetoriais*, ou seja, aquelas em que pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agropecuária e pelo menos um outro exercia uma atividade não agropecuária.

Consideramos, portanto, neste estudo particularmente a *agricultura familiar*, que é formada pelo somatório das famílias de empregadores com até dois empregados e das famílias de contas-próprias, ambas agrícolas e pluriativas. Porém, majoritariamente, por volta de 98,0%, a Agricultura Familiar é formada de famílias de trabalhadores por conta-própria.

Por fim, a verificação de se existe ou não uma tendência na evolução do número de famílias e de pessoas nas Tabelas que serão apresentadas ao longo do texto, é baseada em um modelo de regressão log-linear contra o tempo³, com a seguinte especificação (conforme em NEDER, 2000):

$$Y_t = \varphi e^{\theta t}$$

Onde:

Y_t : o valor da estimativa da PNAD para o ano t

φ : um parâmetro a ser estimado da regressão

θ : um parâmetro a ser estimado da regressão

e: a base dos logaritmos naturais

t: o tempo (anos da PNAD)

Uma vez que esse modelo é não-linear, para transformá-lo em um modelo de regressão linear, aplica-se o logaritmo natural nos dois lados da expressão, obtendo-se o seguinte modelo log-linear:

$\ln Y_t = \ln \varphi + \theta t$ ou $Y'_t = \varphi' + \theta t$ (onde: $\ln Y_t = Y'_t$; $\ln \varphi = \varphi'$) (θ : estimativa do coeficiente de regressão)

³ Esse modelo de regressão log-linear é utilizado para a determinação de taxas de crescimento *ao longo do tempo* e não apenas entre dois pontos extremos de uma série temporal – de modo que se evitam possíveis efeitos devidos a valores atípicos nas extremidades de uma série de tempo, que podem levar a subestimação ou superestimação da taxa de crescimento, conforme Neder (2000). Os leitores poderão encontrar maiores detalhes, com exemplos empíricos, do modelo log-linear em Neder (2000), Hoffmann (2000) e Gujarati (2006).

A taxa de crescimento média *ao ano* estimada para o período em análise – ou seja, não apenas em um ponto do tempo – é igual a:

$$[(e^{\theta} - 1) \times 100]$$

O teste *t* é utilizado para testar a significância do parâmetro θ , uma vez que pode ocorrer que o teste *t* para a hipótese de que $\theta = 0$ não seja significativo, o que implica em que, nesse caso ($\theta = 0$ ou $e^{\theta} = 1$), ao nível de significância adotado, deve-se concluir que os dados não permitem rejeitar a hipótese de que Y_t não tem tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada. Ocorrendo $\theta >$ ou < 0 , pode-se falar, então, em tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada (HOFFMANN, 2000).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção objetiva analisar a evolução do conjunto da agricultura familiar rural no Brasil. Inicialmente, observa-se um aumento de 0,5% ao ano de famílias inseridas na agricultura familiar. Este número positivo é puxado, sobretudo, pela trajetória das famílias com produção exclusivamente para autoconsumo – isto é, a produção agrícola que tem por objetivo o abastecimento alimentar da família, com nenhuma participação na renda agropecuária (GAZOLLA; SCHNEIDER; 2010) – que cresceu a uma taxa de 6,1%.

Esta proporção de crescimento difere-se dos números observados para produção comercial. A agricultura familiar com produção pluriativa observou uma queda na participação de 2,5% ao ano, sendo interessante observar que a queda é ainda maior para as famílias cuja fonte de renda é fruto do que é produzido no campo (pluriatividade tradicional): uma queda de, em média, 4,5% ao ano, maior do que a queda para os grupos familiares com fonte de renda proveniente não só da produção no campo, mas também de atividades não agrícolas (pluriatividade intersetorial).

Fazendo uma conexão com as análises anteriores, esse aumento no número de famílias na agricultura familiar cuja produção é para autoconsumo pode ser interpretado, em forma de hipótese de pesquisa, como uma consequência da pluriatividade no campo: à medida que outras atividades não-agropecuárias

augmentam sua participação na renda da família, esta passa a produzir apenas para consumo próprio.

A tabela 1 também mostra o crescimento do total de famílias rurais com algum membro ocupado em atividades agropecuárias. Esse total cresceu a uma taxa média anual de 0,5% ao ano (passando de 5,2 milhões, em 2002, para 5,9 milhões de famílias, em 2015), muito semelhante ao desempenho da agricultura familiar total (cujo crescimento foi puxado exclusivamente pelo grupo familiar com autoconsumo), que passou de 2,8 milhões, em 2002, para 3,1 milhões de famílias, em 2015.

Tabela 1: Distribuição e evolução do número de famílias rurais da agricultura familiar, segundo diferentes tipos familiares e local de domicílio: Brasil, 2002 a 2015. (Número de Famílias x 1.000)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2009	2015	tx cresc. (% aa.)	
				2002 a 2015 ^a	
RURAL					
Agricultura Familiar	2844	3099	3178	0,5	**
Com Produção Comercial	2541	2408	2295	-1,6	***
Agrícola	2223	2086	2039	-1,4	***
Pluriativo	318	322	255	-2,5	***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	76	77	56	-4,5	***
<i>Agrícola+Não-Agrícola</i>	243	246	199	-2,0	***
Com Autoconsumo	302	691	884	9,4	***
TOTAL	5286	6047	5933	0,5	*

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Tabulações Especiais projeto IERI/UFU (Projeto Agricultura Familiar e Pluriatividade – DIRPE/PSFE Nº 0139/2018).

A tabela 2 permite a visualização da participação relativa na agricultura familiar rural ao longo do período observado. A agricultura familiar com produção comercial observou uma tendência de queda a uma taxa média anual de 2,0%, no período de 2002 a 2015, com uma queda de 9,4 pontos percentuais (passando de 48,1% para 38,7%). Uma oscilação um pouco semelhante, porém menor (perdendo 7,7 p.p.) pode ser observada no subgrupo de famílias com produção comercial estritamente agrícola.

De modo oposto, a agricultura familiar com produção voltada ao autoconsumo apresentou uma taxa média de crescimento de 8,9% ao ano – crescendo em números absolutos (tabela 1) e relativos (tabela 2). Esse valor pode estar indicando uma tendência à migração das famílias que produzem para obter renda para o grupo de famílias que produzem para consumo próprio.

Para Grisa, Gazolla e Schneider (2010), a produção de autoconsumo é uma maneira que os camponeses encontraram de manter sua produção autônoma, sobretudo em um ambiente com dificuldade de acesso ao mercado – seja de consumidores ou de insumos agrícolas. Conforme citam os autores:

É neste sentido, portanto, que o autoconsumo deve ser interpretado: como uma estratégia que é utilizada pelas unidades familiares visando garantir a autonomia sobre uma dimensão vital: a alimentação. Com efeito, a produção para autoconsumo possibilita o acesso direto aos alimentos. Estes seguem direto da unidade de produção (lavoura) para a unidade de consumo (casa), sem nenhum processo de intermediação que a torne valor de troca. (p. 67)

Tabela 2: Distribuição e evolução da participação relativa (%) dos tipos de família da agricultura familiar no total de famílias com atividades agropecuárias: Brasil (Rural), 2002 a 2015.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2009	2015	tx cresc. (%aa.)	
				2002 a 2015 ^a	
RURAL					
Agricultura Familiar	53,8	51,3	53,6	0,0	
Com Produção Comercial	48,1	39,8	38,7	-2,0	***
Agrícola	42,1	34,5	34,4	-1,9	***
Pluriativo	6,0	5,3	4,3	-3,0	***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	1,4	1,3	0,9	-4,9	***
<i>Agrícola+Não-Agrícola</i>	4,6	4,1	3,4	-2,4	***
Com Autoconsumo	5,7	11,4	14,9	8,9	***
TOTAL	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Tabulações Especiais projeto IERI/UFU (Projeto Agricultura Familiar e Pluriatividade – DIRPE/PSFE N° 0139/2018).

Adicionalmente ao que foi observado nas tabelas 1 e 2, a tabela 3 mostra, primeiramente, que a agricultura familiar comercial é predominantemente agrícola (não pluriativa) – 88,9%, em 2015. Pode-se ver também, na tabela 3, a queda na participação das famílias na agricultura familiar comercial pluriativa de, em média, 1,0% ao ano. Essa queda conta, principalmente, com a redução das famílias pluriativas cuja maior parte da renda é proveniente de atividades agrícolas (pluriatividade tradicional).

Observa-se que entre 2002 e 2015, o percentual de famílias na agricultura familiar com produção comercial estritamente agrícola aumentou (0,1% ao ano), contrapondo-se às famílias pluriativas (queda de 1,0% ao ano). Dessa forma, infere-

se que a agricultura familiar comercial é majoritariamente agrícola e pouco pluriativa, com tendência de ficar cada vez mais com esse perfil.

É importante ressaltar que este número baseia-se na Lei da Agricultura Familiar, a qual exige que a renda agrícola seja pelo menos 50% de toda a renda familiar. Dessa forma, grande parte das famílias pluriativas têm a renda não agrícola maior que a renda agrícola e, por isso, deixam de ser classificadas como agricultura familiar.

Tabela 3: Distribuição e evolução da participação relativa (%) das famílias agropecuárias e pluriativas no total da agricultura familiar: Brasil (Rural), 2002 a 2015.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2009	2015	tx cresc. (% aa.)	
				2002 a 2015 ^a	
RURAL					
Agricultura Familiar					
Com Produção Comercial	100,0	100,0	100,0		
Agrícola	87,5	86,6	88,9	0,1	**
Pluriativo	12,5	13,4	11,1	-1,0	**
<i>Agrícola+Agrícola</i>	3,0	3,2	2,4	-2,9	***
<i>Agrícola+Não-Agrícola</i>	9,5	10,2	8,7	-0,4	
Com Autoconsumo	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Tabulações Especiais projeto IERI/UFU (Projeto Agricultura Familiar e Pluriatividade – DIRPE/PSFE Nº 0139/2018).

Em relação à distribuição dos tipos de famílias da Agricultura Familiar rural em faixas de tamanho de área, nota-se que a maior parte encontra-se em áreas de até 20 hectares (78,6%, em 2015) e que esta é uma tendência para esse modelo de agricultura: enquanto em outras faixas a participação da agricultura familiar se reduz, na menor faixa – de 0 a 20 hectares – a participação aumentou em uma média de 0,6% ao ano.

Em linha com as tabelas anteriores, que mostram a participação da agricultura familiar com produção comercial e para autoconsumo, infere-se que estas famílias não estão apenas diminuindo, mas também estão se concentrando cada vez mais em áreas menores. Entendemos que a falta de acesso à terra é um desestímulo à obtenção de capital para inserir tecnologia no meio rural, que agrega produtividade e ganhos de renda. De acordo com Delgado e Bergamasco (2017), observa-se como resultado a exclusão desses grupos na integração do mercado agropecuário.

Os dados sobre a distribuição e evolução da participação relativa de cada tipo de família inserida na classificação de agricultura familiar ratificam as discussões anteriores: a participação de famílias cuja maior parte da renda é proveniente de atividades agropecuárias reduziu, observando-se o aumento de famílias que produzem bens agropecuários para o autoconsumo.

Tabela 4: Distribuição e evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias da Agricultura Familiar (Comercial), segundo faixas de tamanho de área (em hectares): Brasil (Rural), 2002 a 2015

LOCAL DOMICÍLIO / FAIXA DE ÁREA / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2009	2015	tx cresc. (% aa.)	
				2002 a 2015 ^a	
RURAL					
[0 a 20ha]	74,0	74,7	78,6	0,6	***
Agrícola	64,9	65,0	70,2	0,8	***
Pluriativo	9,1	9,6	8,4	-0,2	
<i>Agrícola+Agrícola</i>	2,3	2,1	1,8	-2,6	***
<i>Agrícola+Não-Agrícola</i>	6,9	7,5	6,7	0,4	
[20 a 100ha]	22,3	22,6	18,9	-1,8	***
Agrícola	19,5	19,5	16,7	-1,7	***
Pluriativo	2,8	3,1	2,2	-2,6	***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0,5	0,9	0,5	-3,5	***
<i>Agrícola+Não-Agrícola</i>	2,3	2,2	1,7	-2,4	***
[100ha a mais]	3,7	2,7	2,5	-3,0	***
Agrícola	3,1	2,1	2,0	-2,8	***
Pluriativo	0,6	0,6	0,5	-4,7	***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0,2	0,2	0,1	-	-
<i>Agrícola+Não-Agrícola</i>	0,4	0,5	0,3	-4,9	***

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Tabulações Especiais projeto IERI/UFU (Projeto Agricultura Familiar e Pluriatividade – DIRPE/PSFE Nº 0139/2018).

A tabela 5, por sua vez, apresenta a distribuição e a evolução da participação relativa das famílias da agricultura familiar rural no total geral de famílias residentes nas áreas rurais. A diferença dessa tabela com a tabela 2 é que, enquanto essa última considerava apenas o total de famílias com algum vínculo com as atividades agropecuárias, a tabela 5 considera o total geral de famílias rurais, ou seja, famílias rurais que se ocupam não apenas em atividades agropecuárias, mas também as que se ocupam em atividades não agropecuárias e também as famílias de não ocupados.

Pode-se ver, portanto, na tabela 5, que a agricultura familiar total – e todos os tipos com produção comercial – registraram tendência (estatística) de redução da sua participação relativa, no período em análise (2002 a 2015). A participação da

agricultura familiar total diminuiu a uma taxa média anual de 1,5%, enquanto a agricultura familiar comercial perdeu participação com uma taxa de decréscimo de 3,5% ao ano.

Somente a agricultura familiar dedicada exclusivamente à produção para o consumo próprio é que apresentou uma trajetória de ganho de participação, ao longo do período analisado, com uma taxa média anual elevada, de 7,2%, mais do que dobrando a sua participação, saindo de 4,4%, em 2002, para 9,1%, em 2015.

Tabela 5: Distribuição e evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias da agricultura familiar rural no total de famílias rurais: Brasil, 2002 a 2015.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2009	2015	tx cresc. (% aa.)	
				2002 a 2015 ^a	
RURAL					
Agricultura Familiar	40,7	34,3	32,7	-1,5	***
Com Produção Comercial	36,4	26,6	23,6	-3,5	***
Agrícola	31,8	23,1	20,9	-3,4	***
Pluriativo	4,6	3,6	2,6	-4,4	***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	1,1	0,8	0,6	-6,3	***
<i>Agrícola+Não-Agrícola</i>	3,5	2,7	2,0	-3,9	***
Com Autoconsumo	4,4	7,7	9,1	7,2	***
TOTAL	100,0	100,0	100,0		

Fonte: microdados PNAD/IBGE. Tabulações especiais projeto IERI/UFU (Projeto Agricultura Familiar e Pluriatividade – DIRPE/PSFE nº 0139/2018).

Do ponto de vista da população (pessoas) ocupada nas atividades agropecuárias, pertencentes à agricultura familiar rural, as Tabelas 6 e 7 evidenciam resultados muito próximos aos das tabelas anteriores (sobre famílias). Ou seja, pode-se ver na tabela 6 que o número de pessoas, no interior dos diferentes tipos familiares, ocupadas em atividades agropecuárias (população economicamente ativa - PEA rural agropecuária) também experimentou tendência de redução absoluta de seus contingentes, tanto na agricultura familiar total (2,2% ao ano), quanto no segmento da agricultura familiar comercial (4,2% ao ano).

Tabela 6: Distribuição e evolução do número de pessoas da agricultura familiar ocupadas na agropecuária, segundo diferentes tipos familiares e local de domicílio: Brasil, 2002 a 2015. (Nr Pessoas x 1.000)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2009	2015	tx cresc. (% aa.)	
				2002 a 2015 ^a	
RURAL					
Agricultura Familiar	6826	6317	5530	-2,2	***
Com Produção Comercial	6349	5143	4185	-4,2	***
Agrícola	5570	4457	3704	-4,1	***
Pluriativo	779	686	481	-5,1	***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	249	245	156	-6,4	***
<i>Agrícola+Não-Agrícola</i>	530	442	325	-4,5	***
Com Autoconsumo	478	1174	1345	9,0	***
TOTAL	11419	11276	9618	-1,9	***

Fonte: microdados PNAD/IBGE. Tabulações especiais projeto IERI/UFU (Projeto Agricultura Familiar e Pluriatividade – DIRPE/PSFE nº 0139/2018).

De forma análoga, a tabela 7 registra a perda generalizada de participação relativa das pessoas da agricultura familiar rural total (e de todos os tipos voltados para o mercado/comercial), no conjunto da PEA rural agropecuária.

E, mais uma vez, é entre as famílias da agricultura familiar rural com autoconsumo que se verifica tendência de forte crescimento, desta vez, da PEA agropecuária absoluta (9,0% ao ano; tabela 6) e de sua participação relativa (11,1% ao ano; tabela 7).

Tabela 7: Distribuição e evolução da participação relativa (%) do número de pessoas da agricultura familiar ocupadas na agropecuária no total de residentes rurais com atividades agropecuárias: Brasil (Rural), 2002 a 2015.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2002	2009	2015	tx cresc. (% aa.)	
				2002 a 2015 ^a	
RURAL					
Agricultura Familiar	59,8	56,0	57,5	-0,3	**
Com Produção Comercial	55,6	45,6	43,5	-2,3	***
Agrícola	48,8	39,5	38,5	-2,2	***
Pluriativo	6,8	6,1	5,0	-3,2	***
<i>Agrícola+Agrícola</i>	2,2	2,2	1,6	-4,5	***
<i>Agrícola+Não-Agrícola</i>	4,6	3,9	3,4	-2,6	***
Com Autoconsumo	4,2	10,4	14,0	11,1	***
TOTAL	100,0	100,0	100,0		

Fonte: microdados PNAD/IBGE. Tabulações especiais projeto IERI/UFU (Projeto Agricultura Familiar e Pluriatividade – DIRPE/PSFE nº 0139/2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar, como visto anteriormente neste trabalho, pode ser definida a partir dos critérios como sendo a propriedade rural com até quatro módulos fiscais, cuja maior parte da força de trabalho é proveniente da família e onde a maior parte da renda advém de atividades relacionadas a esta modalidade de agricultura, conforme a Lei de 2006 da Agricultura Familiar.

No entanto, conforme observado, este modelo de cultivo observou mudanças conforme as políticas públicas relacionadas a participação do crédito e distribuição de insumos, bem como a partir de mudanças climáticas e tendências de exportação e importação na economia.

Assim, a agricultura passou por muitas mudanças estruturais desde a década de 1960: as modificações sociais, culturais, política e econômicas intensificaram a saída das pessoas do campo para a cidade, ao mesmo tempo em que o Brasil se posicionava como um país agroexportador. Outros fatores, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, também apresentaram grande relevância para as mudanças observadas neste meio.

O presente trabalho teve como enfoque, em relação as mudanças na agricultura familiar, fatores como a distribuição populacional entre os anos de 2002 a 2015. Pode-se observar que as famílias deste grupo que se encontram no meio rural apresentaram um crescimento de, em média, 0,5% ao ano, mas com a importante observação de que este número teve grande participação das famílias que produzem somente com o objetivo de abastecimento próprio, isto é, sem intenção de obter renda através da produção.

Este dado encontra respaldo na queda da participação da agricultura familiar com produção pluriativa, em uma média de 2,5% ao ano. Além disso, a agricultura familiar com produção comercial também observou uma queda em uma média anual de 2%.

Os autores Gazolla e Schneider (2010) buscam explicar que, ainda assim, a agricultura familiar procura a resistência com atividades voltadas ao campo: este

modelo de produção voltado ao autoconsumo apresentou uma taxa média de crescimento de 9,4% ao ano.

No entanto, apesar dessa perspectiva positiva sobre o total da agricultura familiar, é importante ressaltar que, em um número geral, a agricultura familiar reduziu-se a uma taxa média de 1,5% ao ano, observando-se a queda da participação das famílias com produção comercial, a uma taxa média de 2,3% ao ano.

Os dados analisados no presente trabalho buscaram mostrar de que forma os pequenos produtores têm se comportado diante das mudanças no País, sobretudo com o crescimento dos grandes latifúndios de produção, que contam com incentivos de crédito por parte das iniciativas pública e privada. Apesar do fenômeno da urbanização e industrialização brasileiro, sobretudo a partir da década de 1960, muitas famílias veem no campo os recursos para obterem seu sustento através da produção comercial. No entanto, também encontram muita resistência para que permaneçam no campo, como a dificuldade de acesso à escolaridade, à tecnologia, ao escoamento da produção, ao transporte e o acesso ao crédito rural. (SOUZA, BUAINAIN, GUANZIROLI, 2015)

Os campos brasileiros representam um grande aliado ao controle de inflação, devido a relevante disponibilidade interna de alimentos. Os grãos voltados à exportação, como a soja e o milho, bem como carnes, necessitam de uma grande escala produtiva, restando à agricultura familiar o papel de produzir outros vegetais consumidos no mercado brasileiro.

Confirmando esta posição de marginalidade da agricultura familiar, Aquino, Teixeira e Tonneau (2004) dissertam sobre este papel que este modelo de produção rural ocupa. Os autores afirmam que, mesmo com uma política pública voltada ao meio rural, como foi o Pronaf, famílias de agricultores mais pobres não foram contempladas pelos benefícios do programa, bloqueando o desenvolvimento da agricultura familiar para a população mais carente.

Dessa forma, ainda que a participação da pequena produção seja importante para o consumo interno, os estímulos públicos não têm sido suficientes para a manutenção e expansão da agricultura familiar comercial, conforme observado. Por estas razões, faz-se tão importante a participação do Estado em políticas que visem aumentar a competitividade da produção de agricultores familiares frente aos grandes produtores que estão estabelecidos no mercado.

Por estas razões, verifica-se a necessidade de que haja investimentos no meio rural, com políticas públicas estruturadas de modo que as famílias carentes sejam abrangidas. É necessário que haja investimento em educação de base e superior para que os moradores do campo não precisem ir para a zona urbana a fim de obter educação. Investimento em internet e telefonia para as áreas interioranas do país, planejamento de expansão e melhoria dos transportes, a fim de melhorar os modelos de escoamento produtivo, bem como políticas de crédito e acesso a insumos para o meio rural. Por fim, sob o ponto de vista da segurança alimentar, a agricultura familiar também carece de apoio neste sentido.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 set. 2020.
- AQUINO, Joacir Rufino de; TEIXEIRA, Olívio Alberto; TONNEAU, Jean-Philippe. **Pronaf: Política Agrícola Discriminatória?!**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia, Minas Gerais. Anais... Uberlândia: SEP; Editora da UFU, 2004. Disponível em
- DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Acesso em 16 jun. 2020
- EMBRAPA. Módulos Fiscais no Brasil. In: **EMBRAPA**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 3 ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1980. 107 p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. **O que há de realmente novo no rural brasileiro**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n.1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural**. Agroalimentaria, Mérida, v. 16, n.31, p. 65-79, jul. 2010.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2006.

HOFFMANN, R. **Quatro tipos de teste de hipóteses com os dados das PNADs**. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. (Orgs.). O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional. 1 ed. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000, v. 1, p. 137-155.

BRASIL. **Decreto Lei nº 201 de 27 de fevereiro de 1967**. Brasília, DF. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126146/decreto-lei-210-67>. Acesso em: 21 jun. 2020.

MACARINI, José Pedro. **Um aspecto da política econômica do "milagre brasileiro": a política de mercado de capitais e a bolha especulativa 1969-1971**. Estud. Econ., São Paulo, v. 38, n.1, p.151-172, Mar.2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612008000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de junho de 2020

MARAFON, Gláucio José. **Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil**. 1998, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

NADER, Maria Beatriz; SAMARA, Eni de Mesquita. **Mudanças econômicas e relações conjugais: novos paradigmas na relação mulher e casamento - Vitória (ES) 1970-2000**. 2003.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

NEDER, H. D. . **A Utilização Estatística das Informações das PNADS: Testes de Hipóteses e Reamostragem**. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. (Orgs.). O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional. 1 ed. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000, v. 1, p. 101-136.

SOUZA, Hildo Meirelles; BUAINAIN, Antônio Márcio; GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos.** São Paulo, p. 10-13, março de 2015. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Hildo_Souza_Filho/publication/266244829_Agricultura_Familiar_e_Tecnologia_no_Brasil_caracteristicas_desafios_e_obstaculos/links/551aea470cf251c35b503316/Agricultura-Familiar-e-Tecnologia-no-Brasil-caracteristicas-desafios-e-obstaculos.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2020

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973):** uma análise empírica. Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro, v. 62, n.2, p. 221-246, June 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 de junho de 2020